

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

N/A

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

4º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal de Justiça
STJ

CARGO:

Cargo 19: Analista Judiciário

ÁREA:

Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

STJ – 4º SIMULADO – CARGO 19: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Texto I

1 A Justiça brasileira foi criada em 1530, quando Martim Afonso de Sousa foi investido, pelo Rei de Portugal, de poderes de jurisdição administrativa e judiciária. Portanto, foi quem primeiro, em terras do Brasil, resolveu conflitos entre as pessoas. O mesmo
5 ocorreu com os donatários das capitanias hereditárias. Em 1534, a aplicação da Justiça no Brasil, de fazer valer o direito de cada um, veio com a instalação das Capitanias Hereditárias, primeira divisão administrativa do Brasil, para que os costumes vigentes em Portugal fossem aplicados pelos donatários. Assim, eles tinham assegurado nos documentos forais e nas cartas de doação o direito de criar
10 cargos de governo e de Justiça.

A instalação de um Governo-Geral no Brasil, em 1549, com Tomé de Sousa, foi o marco inicial da estruturação do Judiciário brasileiro. Ele trouxe consigo o Desembargador da Casa da Suplicação, Pero Borges, para desempenhar a função de Ouvidor-Geral, encarregando-se da administração da Justiça.
15

A administração da Justiça passou a ser feita através do Ouvidor-Geral, na Bahia, ao qual se recorria das decisões dos ouvidores das comarcas nas capitanias. As figuras dos corregedores, juizes ordinários e juizes de fora começaram a aparecer no Brasil na medida em que a colonização foi se ampliando. Vigoravam, então, as Ordenações Manuelinas, substituídas pelas Ordenações Filipinas, que, no Brasil, vigoraram até a edição do Código Criminal de 1830 no campo criminal e, no cível, até a promulgação do Código Civil de 1916.
20

Antes da República, o Poder Judicial compunha-se de juizes de Direito e jurados, em 1ª instância; dos Tribunais da Relação, em 2ª instância; e do Supremo Tribunal de Justiça, na cúpula. Na época da colonização do Brasil, Martin Afonso de Sousa, além de outras tarefas, foi incumbido de implantar a Justiça, podendo, inclusive, criar cargos como o de tabelião e o de oficial de justiça. Apenas em 1587 advém a mais alta esfera judicial, o Tribunal da Relação, sediado na Bahia, todavia tal órgão não chegou a funcionar.
25

Em 7 de março de 1609, foi instituído o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, com dez desembargadores, o qual foi extinto em 5 de abril de 1626 e recriado em 12 de setembro de 1652, dessa feita com 8 desembargadores.
30

In: <https://espacomemoria.jfpe.jus.br/historico-da-justica/brasil>. Acesso em 28 set. 2024.

Com base no texto, na sua compreensão e na sua estrutura morfossintática, julgue os itens como certos ou errados.

- 1 O texto destaca que o primeiro marco na estruturação do Judiciário brasileiro foi a criação das capitanias hereditárias, que estabeleceram a divisão administrativa e a aplicação de Justiça no Brasil.
- 2 A Justiça brasileira começou a se organizar de maneira mais formal a partir da chegada do ouvidor-geral, Pero Borges, em 1549, com o governo-geral de Tomé de Sousa.

- 3 Segundo o texto, as Ordenações Manuelinas foram substituídas pelas Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1830.
- 4 No trecho “Ele trouxe consigo o Desembargador da Casa da Suplicação, Pero Borges, para desempenhar a função de Ouvidor-Geral”, o emprego do verbo “trouxe” está no tempo adequado, visto que se refere a uma ação passada e concluída.
- 5 O verbo “vigoravam”, no trecho “Vigoravam, então, as Ordenações Manuelinas, substituídas pelas Ordenações Filipinas”, indica uma ação de curta duração e imediatamente interrompida no contexto histórico apresentado.
- 6 No trecho “Antes da República, o Poder Judicial compunha-se de juizes de Direito e jurados, em 1ª instância”, a vírgula após “jurados” está incorreta, pois separa o sujeito do predicado.
- 7 O termo “forais”, no trecho “assegurado nos documentos forais e nas cartas de doação”, refere-se a documentos que tratavam de questões jurídicas e administrativas relativas à governança das capitanias.

Texto II

TV e Rádio Justiça exibem série sobre como funciona o Judiciário de países que fazem parte do G-20

Série Cortes Supremas contextualiza a história e o papel desses tribunais em outros países e explica o impacto de suas decisões na sociedade dessas nações.

1 A TV Justiça e a Rádio Justiça estrearam no mês de julho a série de reportagens “Cortes Supremas”, que mostra como funciona o Judiciário em seis países (Reino Unido, Austrália, Canadá, França, México e Índia) que fazem parte do G-20, grupo de cooperação
5 internacional formado pelas maiores economias do mundo.

As matérias contextualizam a história e o papel da cúpula do Poder Judiciário de cada um dos países, destacam aspectos peculiares do sistema de Justiça e explicam o impacto das decisões na sociedade dessas nações.
10

As reportagens mostram também pontos semelhantes e diferentes em relação ao Judiciário brasileiro a partir de entrevistas de estudiosos do direito internacional e de representantes dos países que participaram do J-20, encontro de presidentes de supremas cortes e cortes constitucionais do G-20, que aconteceu em maio, no
15 Rio de Janeiro.

Os episódios são exibidos todas as quartas-feiras na TV, no Jornal da Justiça, que vai ao ar às 18h, e também no jornal da Rádio Justiça, às quintas-feiras, ao meio-dia.

Também é possível assistir aos episódios que já foram ao ar
20 na TV Justiça.

In: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/tv-e-radio-justica-exibem-serie-sobre-como-funciona-o-judiciario-de-paises-que-fazem-parte-do-g-20/>. Acesso em 28 set. 2024.

Após a leitura do texto, julgue os itens como certos ou errados.

- 8 A série “Cortes Supremas” trata do funcionamento do Judiciário em todos os países que fazem parte do G-20.
- 9 A série de reportagens “Cortes Supremas” destaca tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os sistemas de Justiça dos países abordados e o Judiciário brasileiro.
- 10 A frase “Os episódios são exibidos todas as quartas-feiras na TV, no Jornal da Justiça, que vai ao ar às 18h, e também no jornal da Rádio Justiça, às quintas-feiras, ao meio-dia” pode ser reescrita de forma mais clara e concisa da seguinte maneira: “Os episódios são exibidos às quartas-feiras, às 18h, na TV Justiça, e às quintas-feiras, ao meio-dia, na Rádio Justiça”.
- 11 No trecho “também é possível assistir aos episódios que já foram ao ar”, o uso da preposição “aos” está correto, pois o verbo “assistir”, no sentido de ver, exige a preposição “a”.
- 12 A frase “A TV Justiça e a Rádio Justiça exibem reportagens sobre como funciona o Judiciário de seis países, contextualizando a história e destacando peculiaridades do sistema judicial de cada um” poderia ser reescrita sem prejuízo de sentido como: “Reportagens sobre o funcionamento do Judiciário de seis países são exibidas pela TV Justiça e Rádio Justiça, contextualizando a história e destacando peculiaridades do sistema judicial”.

Texto III

O ataque ao STJ é mais um grito de socorro da segurança cibernética no Brasil

Na era das instituições e serviços públicos digitais, o ataque à base de dados de processos do Superior Tribunal de Justiça é só mais um doloroso lembrete de que devemos tratar a segurança da informação com a mesma prioridade que tratamos a segurança em sentido amplo. Os custos de prevenção, por maiores que possam parecer, são ínfimos frente aos danos que podem decorrer da paralisação desses sistemas

- 1 A digitalização de serviços e órgãos públicos é uma tendência global que foi impulsionada em 2020, dada a necessidade de acesso remoto durante a pandemia. Só neste ano, no Brasil, mais de 250 serviços públicos foram transformados em digitais, visando a redução dos impactos negativos do distanciamento social. A importância desse fenômeno não pode ser subestimada. Digitalizar serviços traz eficiência, reduzindo burocracias e ampliando o acesso.
- 5 No caso do STJ, a digitalização foi muito anterior. O Tribunal liderou o judiciário com o projeto “STJ na Era Virtual”, que, já em 2009, aliou o desenvolvimento de um sistema de tramitação eletrônica de processos a um mutirão de digitalização de processos físicos. O “e-STJ”, resultado do projeto, trouxe tramitação mais rápida entre instâncias e redução de custos de transporte, impressão e armazenamento de papel. Hoje, 10 anos depois, o processo eletrônico e de tramitação totalmente digital é regra nos tribunais de todo
- 15 o país, consolidando a merecida vitória desse modelo.
- A era da digitalização, contudo, também é a era dos ciberataques. Sistemas digitais trazem eficiência, mas também trazem mais oportunidades para invasões maliciosas. Quando os sistemas
- 20 são complexos, contêm dados valiosos e envolvem a participação

de muitas pessoas, suas vulnerabilidades se tornam alvo preferencial de agentes mal intencionados com motivação econômica ou até política.

- Os *ransomware* são, já há um tempo, uma das ameaças mais comuns a sistemas públicos e privados no mundo inteiro. A obtenção desse tipo de malware por criminosos exige apenas que eles saibam onde procurar na Internet. A invasão só precisa encontrar uma vulnerabilidade: um sistema operacional ou aplicativo desatualizado, uma falha na configuração de um servidor ou até o despreparo de um usuário com poder de acesso ao sistema, que pode ter suas credenciais obtidas pelo criminoso, por exemplo, por meio de link em um e-mail fraudulento. A comunicação entre o criminoso e a vítima, assim como o pagamento do resgate, se dão por meios que dificultam o rastreamento e o trabalho da polícia. Juntas, essas características tornam os custos para o invasor baixíssimos se comparados aos potenciais retornos financeiros.

In: <https://portal.fgv.br/artigos/ataque-ao-stj-e-mais-grito-socorro-seguranca-cibernetica-brasil>. Acesso 29 out. 2024 (com adaptações).

Considerando as estruturas morfossintáticas do texto III, julgue os itens que se seguem.

- 13 No trecho “A digitalização de serviços e órgãos públicos é uma tendência global que foi impulsionada em 2020, dada a necessidade de acesso remoto durante a pandemia”, a concordância entre o verbo “foi” e o sujeito semântico “digitalização de serviços e órgãos públicos” está correta, visto que ambos estão no singular.
- 14 No trecho “Os ransomware são, já há um tempo, uma das ameaças mais comuns a sistemas públicos e privados no mundo inteiro”, a vírgula antes de “já há um tempo” está mal-empregada, pois isola inadequadamente uma expressão que deveria ser integrada diretamente à oração.
- 15 O texto utiliza predominantemente a função referencial, pois seu objetivo é informar sobre a importância da segurança cibernética e as consequências de falhas na proteção dos dados públicos.
- 16 No trecho “O e-STJ trouxe tramitação mais rápida entre instâncias e redução de custos de transporte, impressão e armazenamento de papel”, o uso da vírgula antes do último termo “e armazenamento” é obrigatório, pois segue a regra do uso da vírgula em enumerações.
- 17 No trecho “A importância desse fenômeno não pode ser subestimada”, o pronome demonstrativo “desse” é um conectivo de coesão anafórico e retoma a ideia de *digitalização de serviços e órgãos públicos*.
- 18 No trecho “à medida que a digitalização avança, mais riscos de ciberataques surgem”, o uso da crase está correto, pois a expressão é uma locução conjuntiva feminina.

Sobre as correspondências oficiais e seus princípios basilares, julgue os itens a seguir como certos ou errados.

- 19 Nas redações oficiais, o emprego de expressões como “Gostaríamos de solicitar” e “Nós pedimos” é apropriado para manter o formalismo e a impessoalidade, uma vez que utilizam a primeira pessoa do plural e promovem um tom polido.

- 20** Nas comunicações oficiais dirigidas a ministros de Estado, o correto é utilizar o pronome de tratamento “Vossa Magnificência”, dada a alta relevância do cargo que ocupam no Poder Executivo.

Noções de Direitos Humanos

Thiago Medeiros

De acordo com a Lei n. 8.160/1991, julgue o item a seguir.

- 21** O “Símbolo Internacional de Surdez” pode ser utilizado para finalidades diversas, como em campanhas publicitárias ou para identificar locais que não estejam necessariamente habilitados para o uso de pessoas com deficiência auditiva, desde que o símbolo esteja visível ao público.

De acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, julgue os itens a seguir.

- 22** De acordo com a legislação, a pessoa com transtorno do espectro autista não é considerada pessoa com deficiência para efeitos legais, exceto em casos específicos nos quais os sintomas interfiram gravemente no desenvolvimento social.
- 23** A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) tem validade de 10 anos e não precisa ser revalidada, pois os dados cadastrais são considerados permanentes.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

- 24** As barreiras urbanísticas referem-se aos obstáculos encontrados nos edifícios públicos e privados, enquanto as barreiras arquitetônicas referem-se às dificuldades presentes nas vias e espaços públicos abertos ao público.
- 25** O profissional de apoio escolar é o indivíduo responsável por auxiliar o estudante com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, participando de todas as atividades escolares onde sua presença for necessária. Esse profissional atua em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas, sendo vedada a execução de técnicas ou procedimentos que exijam qualificações de profissões legalmente estabelecidas, como as relacionadas à saúde ou outros serviços especializados.

Julgue o item com base na teoria geral dos direitos humanos.

- 26** De acordo com o fundamento jusnaturalista, os direitos humanos são criados pelo Estado e só passam a existir a partir do momento em que são formalizados por leis, como as constituições nacionais.

Julgue os itens a seguir conforme as disposições do Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

- 27** O trabalho forçado é absolutamente proibido, mesmo quando imposto como parte de uma pena privativa de liberdade, independentemente de decisão judicial ou da gravidade do delito cometido.

- 28** A pena de morte pode ser aplicada em casos de crimes políticos graves ou crimes comuns relacionados a crimes políticos, desde que a pessoa tenha mais de 18 anos e menos de 70 anos, e não esteja grávida no momento do crime.

Julgue o item com base na teoria geral dos direitos humanos.

- 29** Os direitos humanos são alienáveis, podendo ser transferidos ou renunciados de acordo com a vontade do titular, e sua aplicação pode retroceder conforme as circunstâncias, como em períodos de crise.

Julgue o item seguinte conforme as disposições do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

- 30** O Eixo Orientador IV prevê, entre suas diretrizes, o combate à violência institucional e a redução da letalidade policial e carcerária, como parte de uma política de combate ao crime e à criminalidade.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

A respeito de ética, democracia e exercício da cidadania, julgue os itens.

- 31** Diferentemente de política, em ética não se delibera, não se faz escolhas.
- 32** Assim como na vida particular, na vida pública se faz, legitimamente, a diferenciação entre amigos/as e inimigos/as.
- 33** Cidadãos são aqueles que dispõem de direitos e de deveres constituídos pela ordem jurídica de um Estado.
- 34** A concepção de democracia surgiu na Grécia antiga. Naquela ocasião, a participação se efetivava de maneira direta, com participação de todos os cidadãos. Entretanto, há críticas a esse modelo por limitar o exercício da cidadania a quem já detinha poder e recursos financeiros.
- 35** A democracia moderna é uma forma de governo que se alinha à autocracia.

Lei n. 8.429/1992 e suas alterações

Gustavo Scatolino

Com base na Lei n. 8.429/1992, julgue o item a seguir em certo ou errado.

- 36** O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Com base na Lei n. 8.429/1992, julgue o item seguinte em certo ou errado.

- 37** O sucessor ou herdeiro de autor de ato ímprobo que causa dano ao erário estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança recebida ou do patrimônio transferido.

Informática

Fabricao Melo

- 38 O recurso Task View (visão de tarefas) do Windows 10 permite a criação de múltiplas áreas de trabalho para uma melhor organização das tarefas de um usuário.
- 39 O YouTube é considerado uma mídia social, pois permite a criação, compartilhamento e interação com conteúdo multimídia, especialmente vídeos. Usuários podem se inscrever em canais, comentar e interagir diretamente com criadores e outros usuários, promovendo o engajamento social.
- 40 No Mozilla Firefox é possível a realização de uma busca diretamente pela sua barra de URL, utilizando o seu motor de busca padrão, BING.
- 41 Uma senha de uso único (OTP) é uma senha exclusiva válida para apenas uma sessão de login ou transação. Ao contrário das senhas tradicionais, que permanecem estáticas até serem alteradas manualmente pelo usuário, as OTPs mudam automaticamente sempre que são usadas.
- 42 Um sistema de antivírus atual poderá ficar até 1 (um) mês sem receber as suas devidas atualizações e, mesmo assim, continuará com a mesma confiabilidade, não gerando vulnerabilidades a um sistema.
- 43 Ao executar um arquivo do tipo PPSX, criado no Power Point 365, ele será aberto no modo de apresentação de slides, e nesse modo, não poderá ser editado.
- 44 Em uma pasta de trabalho do MS-EXCEL 365, com duas planilhas em edição – GRAN e STJ –, é possível a soma dos valores presentes nas células A1 e A2 da planilha GRAN diretamente na planilha STJ por meio da seguinte fórmula: =GRAN!A1+A2 inserida em alguma célula vazia da planilha STJ.

Normativos Internos do STJ

Mário Elesbão

- 45 Conforme a CF (art. 134), a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal. Consoante o RISTJ, o relator do recurso especial repetitivo poderá autorizar manifestação da Defensoria Pública na condição de *amicus curiae*.

“A distribuição é o procedimento por meio do qual se designa, para cada feito processual, o seu relator no STJ.”

- 46 Tomando como escorrito o enunciado anterior, é correto dizer que, para um ministro, quando receber um processo da distribuição por prevenção, haverá a compensação.
- 47 Com relação à distribuição dos embargos de declaração, a regra é que seja distribuído ao ministro seguinte da antiguidade, daquele que lavrou o acórdão embargado.
- 48 Caso seja impetrado, perante o STJ, um *habeas corpus* com pedido de liminar no dia 3 de janeiro de 2025, este poderá ser julgado monocraticamente pelo presidente ou seu substituto legal.
- 49 De acordo com o Regimento Interno do STJ, independem de publicação na pauta, para serem julgados, entre outros: *habeas corpus*, recursos de *habeas corpus*, mandado de segurança e conflitos de competência.
- 50 Quando um *habeas corpus* for impetrado e tiver como paciente alguma das autoridades detentoras de foro especial por prerrogativa de função no STJ, o remédio constitucional será julgado na Corte Especial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 51** O Direito Administrativo é de ramo público, ramo clássico, que apresenta um conjunto de normas, princípios e sistemas para o funcionamento estatal e da máquina administrativa.
- 52** É de referir que quando falamos num conjunto de normas jurídicas como aspecto nuclear do Direito Administrativo falamos de um conjunto organizado, estruturado e que obedece a princípios comuns e próprios, ou seja, referimo-nos a um conjunto não sistemático, independente.
- 53** Pelo critério funcional, Direito Administrativo é o ramo jurídico que estuda a disciplina normativa da função administrativa independentemente de quem esteja encarregado de exercê-la: Executivo, Legislativo, Judiciário ou particulares mediante delegação estatal.
- 54** As fontes do Direito Administrativo podem ser divididas em duas categorias: fontes formais e fontes materiais. As fontes formais são aquelas que estabelecem as normas jurídicas, enquanto as fontes materiais são aquelas que servem de base para a criação dessas normas.
- 55** A expressão “regime jurídico da Administração Pública” é utilizada para designar, em sentido amplo, os regimes de direito público e de direito privado a que pode se submeter a Administração Pública. Já a expressão “regime jurídico-administrativo” é reservada tão somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa.
- 56** Segundo a Lei n. 12.527/2011, os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.
- 57** Segundo a Lei n. 13.709/2018, o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, exceto as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.
- 58** Segundo a Resolução n. 5/2023, do STJ, quando o tratamento decorrer de obrigação legal, do atendimento de outro interesse legítimo do STJ, poderá ser realizado o tratamento sem o consentimento do titular, desde que demonstrada a proporcionalidade entre esse interesse e os direitos e as legítimas expectativas dos titulares.
- 59** Segundo a Resolução n. 5/2023, do STJ, a demonstração da proporcionalidade entre o interesse legítimo do STJ e os direitos e as legítimas expectativas dos titulares será documentada por meio da realização de teste de proporcionalidade definido pelo Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais.
- 60** O cumprimento da função social não é requisito para que um imóvel produtivo não possa ser desapropriado para fins de reforma agrária.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 61** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
- 62** A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.
- 63** Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- 64** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- 65** A dissolução da sociedade conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da CF. Se a separação judicial ocorrer em meio à gestão do titular do cargo que gera a vedação, o vínculo de parentesco, para os fins de inelegibilidade, persiste até o término do mandato, inviabilizando a candidatura do ex-cônjuge ao pleito subsequente, na mesma circunscrição, a não ser que aquele se desincompatibilize seis meses antes das eleições.
- 66** A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- 67** É inconstitucional — por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de seguros (CF/1988, art. 22, I e VII) — lei estadual que dispõe acerca das diretrizes para a solicitação de exames laboratoriais para acompanhamento dietoté-rápico por nutricionista com cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde.
- 68** A jurisprudência da Corte é pacífica no sentido de que a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta; não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. As condutas praticadas pelo parlamentar que foram perpetradas em âmbito virtual, por meio da publicação e divulgação de vídeos em mídia digital ("YouTube") durante todo o dia, com constante interação deste, situação que configura crime permanente enquanto disponível ao acesso de todos, ainda que por curto espaço de tempo, permitindo a prisão em flagrante do agente.
- 69** A competência do Supremo Tribunal Federal, considerada prática de crime comum, pressupõe delito cometido no exercício do mandato, e a este, de alguma forma, ligado.

70 O Poder Judiciário dispõe de competência para impor aos parlamentares, por autoridade própria, as medidas cautelares a que se refere o art. 319 do CPP, seja em substituição de prisão em flagrante delito por crime inafiançável, por constituírem medidas individuais e específicas menos gravosas; seja autonomamente, em circunstâncias de excepcional gravidade. Os autos da prisão em flagrante delito por crime inafiançável ou a decisão judicial de imposição de medidas cautelares que impossibilitem, direta ou indiretamente, o pleno e regular exercício do mandato parlamentar e de suas funções legislativas, serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva, nos termos do § 2º do art. 53 da CF, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão ou a medida cautelar.

Direito Civil

Cristiny Rocha

Sobre nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos, conforme disposições do Código Civil e da jurisprudência do STJ, analise a assertiva.

71 O artigo 167 do CC/2002 alçou a simulação como causa de nulidade do negócio jurídico. Sendo assim, pode a simulação ser alegada por uma das partes contra a outra.

Conforme jurisprudência do STJ acerca do usufruto, analise a assertiva a seguir indicando se está certa ou errada.

72 O STJ já entendeu que o usufruto viual não pode ser reconhecido se cônjuge tiver sido beneficiado com meação na separação de corpos.

Análise a assertiva sobre evicção, conforme entendimento do STJ e disposições do Código Civil.

73 A ação de ressarcimento de prejuízo decorrente de evicção (perda de um bem pelo adquirente, em consequência de reivindicação feita pelo verdadeiro dono) prescreve em cinco anos.

O mundo moderno trouxe tantas mudanças nas relações sociais e particulares que algumas pessoas talvez digam que é mais fácil viver em uma família do que conceituá-la. A visão clássica de entidade familiar, baseada em vínculos biológicos e matrimoniais – na perspectiva adotada pelo Código Civil de 1916, por exemplo –, foi substituída, gradativamente, pelo reconhecimento de novos laços familiares, mais relacionados à afetividade e à ideia de pertencimento entre as pessoas. Sobre o tema, indique se a assertiva está certa ou errada.

74 Conforme entendimento do STJ, a concepção constitucional do casamento – diferentemente do que ocorria com os diplomas superados – deve ser necessariamente plural, porque plurais também são as famílias e, ademais, não é ele, o casamento, o destinatário final da proteção do Estado, mas apenas o intermediário de um propósito maior, que é a proteção da pessoa humana em sua inalienável dignidade.

Acerca do direito das sucessões, conforme disposições do Código Civil, analise a situação hipotética e julgue a assertiva seguinte.

Carlos é viúvo e possui quatro filhas, sendo que somente a mais velha está cuidando dele na velhice. Buscando atribuir em testamento a forma mais favorável a essa filha, de maneira válida, destina-lhe 62,5 % do patrimônio.

75 Tal ato não viola o direito das outras filhas.

76 Conforme disposições do Código Civil, o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor. Todavia, a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, ainda que não conste do instrumento da obrigação.

77 Conforme disposições do CDC, pode-se afirmar que a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

78 Conforme disposições da lei de recuperação judicial e falência na escolha dos representantes de cada classe no Comitê de Credores, somente os respectivos membros poderão votar. Já nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores deverão aprovar a proposta.

Sobre as disposições da Lei n. 11.101/2005 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise a assertiva.

79 Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, deverá o juiz nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial.

Conforme disposições da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise a assertiva.

80 O Código Civil adota a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, sendo que um dos requisitos poderá ser a existência de confusão patrimonial, caracterizada por exemplo, pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

81 As partes do processo têm o dever de colaborar com a justiça, especialmente em relação à produção de prova.

82 O Ministério Público atua na função de curadoria especial nos casos previstos pelo Código de Processo Civil.

83 A Defensoria Pública tem a prerrogativa de ser intimada pessoalmente em todos os atos processuais, a fim de garantir o seu pleno exercício funcional.

- 84 Os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público serão civil e diretamente responsáveis quando agirem com dolo, culpa ou fraude no exercício de suas funções.
- 85 Ainda que a parte ré seja vitoriosa com o reconhecimento da decadência do direito, persiste seu interesse na adequação do valor da causa.
- 86 É permitido o bloqueio do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de créditos relacionados a honorários, sejam contratuais ou sucumbenciais.
- 87 O rejuízo do recurso de apelação na mesma sessão que acolhe os embargos de declaração – sem a devida notificação prévia para sustentação oral – configura cerceamento ao direito de defesa e ao contraditório, ocasionando a nulidade do julgamento.
- 88 São impenhoráveis os valores depositados em instituição bancária até o limite de 40 salários mínimos, ainda que não se trate especificamente de conta-poupança.
- 89 É possível a alteração do polo passivo da demanda mesmo após o saneamento do processo e sem autorização do réu, desde que não haja alteração do pedido ou da causa de pedir.
- 90 É cabível ação autônoma para cobrança e definição de honorários advocatícios quando a decisão transitada em julgado for omissa.

Direito Penal

Wallace França

Julgue o item a seguir à luz dos princípios do Direito Penal.

- 91 O princípio da individualização de pena tem previsão constitucional.

Julgue o item a seguir à luz da aplicação da lei penal e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- 92 O crime de cárcere privado praticado em desfavor do presidente da República, quando em exercício em outro país, será regido pela lei penal brasileira,

Julgue o item a seguir à luz do direito penal brasileiro.

- 93 O crime de peculato é comum quanto ao sujeito ativo.

Julgue o item a seguir à luz da teoria do crime.

- 94 A paixão ou emoção não têm natureza jurídica de causa de inimizabilidade penal.

Julgue o item a seguir à luz da tentativa e consumação do delito.

- 95 Há a tentativa quando, iniciados os atos executórios, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, sendo que em razão disso faz vezes minorante da pena no *quantum* de 1/3 a 2/3.

Julgue o item a seguir no tocante ao conceito de crime e suas nuances.

- 96 A teoria causal clássica trata o crime em um conceito analítico bipartido, qual seja, fato típico e ilícito.

A seguir será dada uma situação hipotética e uma assertiva a ser julgada.

- 97 **Situação hipotética:** Maria, servidora pública da prefeitura Y, atendeu seu ex-namorado, Paulo, o qual fez solicitação de determinado serviço. Maria, valendo-se do cargo, retarda o ato em busca de se vingar de traição que Alex cometeu quando do relacionamento amoroso dos dois. **Assertiva:** Maria cometeu o crime de prevaricação.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 13.869/2019.

- 98 Os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 poderão ser tentados mediante ação penal privada.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 13.869/2019.

- 99 Constitui crime de abuso de autoridade decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 13.869/2019.

- 100 São previstas penas restritivas de direitos para substituições de pena privativa de liberdade.

Direito Processual Penal

Lorena Ocampos

Bruno, maior de dezoito anos de idade, está respondendo a processo pela prática de crime de roubo. No curso da ação penal, após demonstradas a materialidade e a autoria do crime que lhe foi imputado, comprovou-se, em perícia médica, que o réu é inimputável, desde o tempo da infração, por ser portador de grave doença mental.

- 101 Nessa situação hipotética, caberá ao juiz, em sentença, condenar o réu, aplicando-lhe medida de segurança.

- 102 O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

- 103 Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

- 104 No *habeas corpus*, ordenada a soltura do paciente, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

- 105 Cabe *habeas corpus* contra imposição de pena de exclusão de militar, ou de perda de patente, ou de função pública.

106 A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *ha-beas corpus*.

De acordo com o que dispõe a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), julgue os itens 107 a 110.

107 Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

108 Uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher é a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

109 A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, incluída no processo a pretensão relacionada à partilha de bens.

110 As disposições penais dessa lei são inaplicáveis às mulheres transgênero, por força da vedação à analogia *in malam partem*.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

111 O primeiro marco legal que criou um sistema de previdência social no Brasil foi a Lei Eloy Chaves, de 1923, que estabeleceu os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs para os empregados das empresas ferroviárias, sendo esse o ponto de partida para o desenvolvimento da previdência social no país.

112 O salário de contribuição dos segurados empregados corresponde ao total de sua remuneração, incluindo o valor relativo ao adicional de insalubridade.

113 Os dependentes dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são divididos em três classes, sendo que os integrantes de uma classe só terão direito ao benefício se não houver dependentes em classe anterior.

114 Desde o advento da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), o acidente de trajeto, que é aquele que ocorre no percurso entre a residência do segurado e o local de trabalho, ou vice-versa, deixou de ser considerado como acidente de trabalho para fins de concessão de benefícios pelo INSS.

115 É vedada a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

Direito Tributário

Renato Grilo

Considere as normas do CTN acerca do tributo e suas espécies e julgue o item a seguir.

116 Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Uma das espécies tributárias previstas no CTN e na CF/1988 é a taxa. Acerca desse tipo de tributo, julgue o item a seguir.

117 A taxa cobrada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Acerca do lançamento tributário, do modo como regulado pelo CTN, julgue o item a seguir.

118 Os tributos lançados por homologação, que expressam uma confissão do contribuinte, não admitem a repetição de indébito em relação ao valor confessado e pago.

Acerca da repetição do indébito tributário, julgue o item a seguir.

119 O sujeito passivo tem direito, condicionado ao prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu lançamento.

Sobre o método de lançamento, na modalidade “por homologação”, julgue o item a seguir.

120 Na sistemática do lançamento por homologação, o pagamento antecipado pelo obrigado extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

Discursiva

Rafael de Oliveira

A presunção de inocência é um dos princípios mais importantes do direito penal brasileiro e está consagrada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. De acordo com esse princípio, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Em outras palavras, uma pessoa acusada de cometer um crime é presumida inocente até que se prove o contrário de forma definitiva.

No entanto, quando se trata do Tribunal do Júri, a aplicação desse princípio pode se tornar mais complexa. O Tribunal do Júri é composto por jurados leigos, escolhidos aleatoriamente, que não possuem formação jurídica. Esses jurados são responsáveis por decidir sobre a culpa ou inocência do réu em casos de crimes dolosos contra a vida, como homicídio e tentativa de homicídio.

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/396610/presuncao-de-inocencia-no-tribunal-do-juri-no-brasil>. Acesso em 14 out. 2024.

Tendo como base o texto apresentado, responda aos seguintes itens:

1. Discorra sobre o princípio da presunção de inocência.
2. Segundo o STF, é possível o cumprimento de pena após a condenação em segunda instância, nas condenações que seguem o rito ordinário?
3. Segundo o STF, em 2024, é possível o cumprimento de pena de imediato após a condenação pelo Tribunal do Júri? Justifique.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora